

**COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA NACIONAL DE RESGATE DA MEMÓRIA DA  
JUSTIÇA DO TRABALHO (CGMNAC-JT)**

**Ata de reunião do CGMNac-JT**

Local	Período
Videoconferência	18/6/2025 – das 14h às 15h30 (horário de Brasília)

Integrantes do CGMNac-JT
<b>Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi</b> Coordenadora do Comitê Gestor do Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho - CGMNac-JT
<b>Desembargadora Adriana Goulart de Sena Orsini</b> Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
<b>Desembargador João Pedro Silvestrin</b> Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região
<b>Desembargadora Eneida Melo Correia de Araújo</b> Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região
<b>Desembargador Alexandre Nery de Oliveira</b> Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região
<b>Desembargadora Cilene Ferreira Amaro Santos</b> Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região

Apoio técnico
<b>Viller Ribeiro dos Santos</b> Secretário do CGMNac-JT Coordenador de Gestão Documental e Memória do CSJT
<b>Reginaldo Pereira de Matos</b> Coordenador de Gestão Documental e Memória do TST
<b>Kassandra Trindade Clatworthy</b> Coordenadora de Documentação do TST
<b>Fábio Portela Lopes de Almeida</b> Assessor da Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

**Ausências justificadas**

- **Desembargador João Pedro Silvestrin** (TRT 4ª Região), em razão de férias;
- **Desembargador Alexandre Nery de Oliveira** (TRT 10ª Região), em razão de compromisso institucional no TRT da 10ª Região.

No dia 18 de junho de 2025, por videoconferência, das 14h às 15h30, ocorreu a 1ª reunião do Comitê Gestor do Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho - CGMNac-JT de 2025.

A Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> Ministra Maria Cristina Peduzzi, Coordenadora do Comitê agradeceu a presença das Ex.<sup>mas</sup> Sr.<sup>as</sup> Desembargadoras presentes, bem como das servidoras e dos servidores do TST e do CSJT que prestam apoio técnico.

Em seguida, S. Ex.<sup>a</sup> concedeu a palavra ao secretário do CGMNac-JT, servidor Viller Ribeiro dos Santos, para transmissão dos informes.

Após a transmissão dos informes, o Secretário do Comitê devolveu, respeitosamente, a palavra à Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> Ministra Maria Cristina Peduzzi, Coordenadora do CGMNac-JT, que deu início à discussão sobre os temas da reunião.

<b>Item 1.1</b>	<b>Realização da Semana de Memória de 2025.</b>
<p>Na reunião, o secretário do CGMNac-JT, Viller Ribeiro dos Santos, informou sobre a abertura da Semana da Memória da Justiça do Trabalho em 20/5/2025, no TST. O evento inaugurou a exposição "Trabalho Invisível, Conquistas Visíveis: a longa marcha das empregadas domésticas por direitos e dignidade", desenvolvida por equipes do TST. Noticiou, ainda, que alguns Tribunais Regionais do Trabalho têm solicitado o empréstimo da exposição.</p> <p>A Ministra Maria Cristina Peduzzi, Coordenadora do CGMNac-JT, elogiou a exposição e se manifestou favorável ao empréstimo do respectivo material para os TRTs interessados, ressaltando a necessidade de que fossem estabelecidos critérios de logicidade e racionalidade na operacionalização, e desde que fosse reduzido o custo. A Ministra e o Coordenador de Gestão Documental e Memória do TST, Reginaldo Pereira de Matos, informaram que as tratativas com os Tribunais já estão em andamento.</p> <p>As Desembargadoras Adriana Orsini e Eneida Melo também elogiaram a exposição, destacando a iniciativa da itinerância, visando ampliar o acesso ao conteúdo da mostra.</p>	
<b>Item 1.2</b> <b>Projeto Repositório Arquivístico Digital Confiável da Justiça do Trabalho (RDC-Arq)</b>	
<p>O Secretário do CGMNac-JT prestou informações sobre o Repositório Arquivístico Digital Confiável da Justiça do Trabalho (RDC-Arq), um projeto do TRT da 4ª Região em parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict).</p> <p>Ele ressaltou que a iniciativa, alinhada à Resolução CNJ nº 324/2020 (art. 34), visa garantir a preservação e o acesso seguro a documentos digitais. O projeto inclui a criação de regulamentação e um manual, com o TRT da 4ª Região atuando como piloto nos testes iniciais. A previsão é que, a partir de outubro de 2025, outros Tribunais da Justiça do Trabalho começem a utilizar a solução.</p>	
<b>Item 1.3</b>	<b>Recebimento do relatório de Gestão da Rebijutra</b>
<p>O Secretário do CGMNac-JT informou o recebimento do Relatório de Gestão da Rede de Bibliotecas da Justiça do Trabalho (Rebijutra), cobrindo o período compreendido entre junho de 2021 e março de 2024, o qual foi encaminhado pela Ministra Maria Cristina Peduzzi, coordenadora do CGMNac-JT, ao Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Presidente do TST e do CSJT, para ciência.</p> <p>O documento, tratado no Processo SEI n.º 6024531/2024-00, detalha as ações da Rebijutra e os impactos da Resolução CSJT n.º 296/2021 na padronização da estrutura organizacional, incluindo as áreas de gestão documental, memória e biblioteca na Justiça do Trabalho.</p>	
<b>Item 1.4</b>	<b>Realização da 5ª edição do Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário</b>
<p>O Secretário do CGMNac-JT informou a realização do 5º Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário (5º Enam), que ocorreu de 6 a 9/5/2025, em Goiânia (GO).</p> <p>O Enam, estabelecido pelo CNJ (Resolução CNJ n.º 316/2020), teve como tema "Memória, Cultura e Diversidade" e foi promovido pelo TRE-GO, TRT-18 e TJGO, em parceria com o CNJ e com o apoio do TRF da 1ª Região (Seção Judiciária do Estado de Goiás).</p> <p>O Secretário do CGMNac-JT destacou a importância do engajamento de magistrados e do evento para o fortalecimento da memória do Judiciário. A próxima edição está prevista para maio de 2026, em Belém (PA).</p>	
<b>Item 1.5</b>	<b>Atualização do Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário:</b>
<p>O Secretário do CGMNac-JT destacou a atualização do Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário, disponível no portal do CNJ desde dezembro de 2024. O objetivo é orientar e padronizar as práticas de gestão documental no Poder Judiciário.</p> <p>A atualização faz parte das ações do Proname, programa do CNJ para a preservação da memória do Poder Judiciário. A medida é fruto da colaboração entre CGEDM/TST, CDOCM/CSJT, além de magistrados e servidores dos TRTs da 2ª, 3ª e 4ª Regiões, que auxiliaram a Juíza do Trabalho do TRT da 4ª Região, Ex.ma Sr.a Anita Job Lübbe, que compõe o Proname do CNJ como magistrada representante da Justiça do Trabalho.</p>	
<b>Item 1.6</b>	<b>Implantação do projeto "Precedentes jurisprudenciais trabalhistas: passado, presente e futuro"</b>
<p>O Secretário do CGMNac-JT registrou a conclusão do projeto "Precedentes jurisprudenciais trabalhistas: passado, presente e futuro". Originada no próprio Comitê e proposta pelo Desembargador Wolney de Macedo Cordeiro (TRT da 13ª Região), a demanda foi tratada no Processo SEI n.º 6015525/2024-00, com o objetivo de sistematizar e difundir a relevância histórica e política dos precedentes na Justiça do Trabalho, com foco no TST. A Enamat foi responsável pela execução, desenvolvendo diversas ações como:</p>	

capacitação de formadores, realização de congresso, curso EAD sobre o tema, publicação de obra coletiva, o 6º Encontro de Precedentes Qualificados (em parceria com STF, TST e STJ). Além disso, o TST lançou um portal na internet com os precedentes constitucionais trabalhistas.

<b>Item 1.7</b>	<b>Inclusão de conteúdo de Memória nas Escolas Judiciais da Justiça do Trabalho</b>
O Secretário do CGMNac-JT destacou a iniciativa de incluir a Memória Institucional nos programas de formação das Escolas Judiciais da Justiça do Trabalho. Originada no próprio Comitê e proposta pela Desembargadora Sulamir Palmeira Monassa de Almeida (TRT da 8ª Região), busca integrar a valorização da história e identidade institucional na capacitação de magistrados. A Enamat executou essa demanda, inserindo nos cursos da magistratura temas como a gestão documental dos TRTs e do Poder Judiciário, além de conteúdos e manuais sobre memória institucional elaborados pelo CNJ.	
<b>Item 1.8</b>	<b>Implementação do Índice de Divulgação da Memória Institucional (IDMI) dentro do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho</b>
O Secretário do CGMNac-JT informou sobre a aplicação do Índice de Divulgação da Memória Institucional (IDMI). Essa iniciativa do CSJT, no Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2021-2026, visa avaliar as ações dos TRTs de preservação, valorização e difusão da história da Justiça do Trabalho. Ele destacou que a inclusão da Gestão Documental e Memória no Plano Estratégico é um feito inédito, alcançado na gestão da Ministra Maria Cristina Peduzzi como Presidente do TST e do CSJT, alinhado à Constituição Federal (art. 216, § 1º) e às diretrizes do CNJ e à Constituição Federal. O IDMI define etapas e indicadores para ações dos TRTs, como artigos, exposições e projetos de História Oral, com apuração semestral. A primeira etapa de apuração do Índice está prevista para ser concluída no primeiro semestre de 2025.	
<b>Item 1.9</b>	<b>Reavaliação do quesito de "eliminação de documentos" como critério de pontuação para o Prêmio CNJ de Qualidade de 2025</b>
O Secretário do CGMNac-JT informou que o CNJ reavaliou o critério de "eliminação de documentos" no Prêmio CNJ de Qualidade. Essa mudança foi impulsionada pela Desembargadora Sulamir Palmeira Monassa de Almeida no papel de Presidente do Memojutra (Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho), que solicitou a exclusão do quesito. O Memojutra argumentou que a pontuação poderia estimular a eliminação de documentos sem critério técnico adequado, especialmente porque alguns Tribunais ainda estão em fase de classificação ou não classificaram a sua documentação. O CNJ acolheu a proposta, mas a alteração só será implementada a partir da edição de 2026 do prêmio, pois a de 2025 já está em curso.	
<b>Item 1.10</b>	<b>Realização do curso "História Oral", oferecido pelo CSJT para os órgãos da Justiça do Trabalho</b>
O Secretário do CGMNac-JT noticiou a realização do curso "História Oral", promovido pelo CSJT para a Justiça do Trabalho. A capacitação, que ocorreu de 24 a 28/3/2025, contou com a participação de mais de 60 servidores das áreas de gestão documental e memória do CSJT, TST e TRTs. Os ensinamentos despertaram o interesse de diversos Tribunais, como os TRTs da 5ª e 23ª Regiões, em desenvolver projetos próprios de História Oral. O Secretário enfatizou que ações de capacitação nesse modelo atendem às diretrizes do Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho e do Proname do CNJ, visando ao fortalecimento da memória do Poder Judiciário.	

Após a transmissão dos informes, o Secretário do Comitê devolveu, respeitosamente, a palavra à Ex.ma Sr.a Ministra Maria Cristina Peduzzi, Coordenadora do CGMNac-JT, que deu início à discussão sobre os temas da reunião.

## Item 2 | Temas para discussão

<b>Item 2.1</b>	<b>Projeto Tesauro da Justiça do Trabalho</b>
O Comitê tratou da retomada do projeto para desenvolvimento do Tesauro da Justiça do Trabalho, objeto do Processo SEI n.º 6015522/2024-00 . Foi discutido que a iniciativa busca solucionar a falta de padronização de termos para descrever os acervos e informações da Justiça do Trabalho. Essa padronização é essencial para facilitar o acesso público ao patrimônio intelectual e cultural da instituição e garantir a recuperação eficiente de conteúdos doutrinários, jurisprudenciais, administrativos, museológicos e	

arquivísticos.

O Tesauro permitirá uma pesquisa mais precisa e rápida por parte dos usuários. Em reunião anterior do CGMNac-JT, em 12/4/2024, foi sugerida a incorporação do Tesauro do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região ao projeto, com o intuito de otimizar recursos e esforços, atualizando e ampliando um instrumento já existente.

Para viabilizar essa integração, o Comitê deliberou por uma parceria entre o TST, o CSJT, a Rede de Bibliotecas da Justiça do Trabalho (Rebijutra), o TRT da 3ª Região e o TRT da 4ª Região.

A proposta foi submetida ao então Presidente do TST e do CSJT, Ministro Lelio Bentes Corrêa, que a encaminhou à Secretaria Jurídica, Processual e de Apoio às Sessões (Sejur) do CSJT para análise da formalização jurídica.

A Sejur, em parecer, informou que o instrumento adequado para a formalização da parceria é o Acordo de Cooperação Técnica, conforme a Lei n.º 14.133/2011 e o Decreto n.º 11.531/2023, desde que seja um acordo não oneroso. Uma minuta de acordo foi enviada ao CGMNac-JT para análise.

**Deliberação:** O Comitê deliberou pela designação da Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> Desembargadora Adriana Goulart de Sena Orsini para coordenar a análise da minuta de acordo de cooperação técnica apresentada pela Sejur do CSJT, conforme proposto pela Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> Ministra Maria Cristina Peduzzi, coordenadora do CGMNac-JT. Após essa análise, o tema será retomado em reunião do CGMNac-JT.

<b>Item 2.2</b>	<b>Proposta de revisão do normativo que instituiu o selo “Acervo Histórico” da Justiça do Trabalho</b>
-----------------	--

Foi discutida a proposta apresentada pelas Coordenadorias de Gestão Documental e Memória do CSJT (CDOCM) e do TST (CGEDM) de revisão do Ato Conjunto TST.CSJT.GP n.º 2/2014. Esse ato instituiu o selo "Acervo Histórico" na Justiça do Trabalho, com o objetivo de destacar documentos e processos de valor histórico.

A iniciativa visa rever os critérios de identificação física e eletrônica para a seleção dos processos. A atualização é essencial para alinhar procedimentos às diretrizes da Resolução CNJ n.º 324/2020 e ao Manual de Gestão de Memória do Poder Judiciário do CNJ, garantindo a padronização e refletindo as melhores práticas de preservação histórica.

As Desembargadoras Adriana Orsini e Eneida Melo acrescentaram que, com a conclusão dessa atualização normativa, será possível uma maior divulgação do selo entre os órgãos da Justiça do Trabalho, para incentivar a sua utilização.

**Deliberação:** O Comitê deliberou pela designação do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Desembargador João Pedro Silvestrin para coordenar a análise da revisão do Ato Conjunto TST.CSJT.GP n.º 2/2014. Após essa análise, o tema será retomado em reunião do CGMNac-JT.

<b>Item 2.3</b>	<b>Proposta de revisão dos normativos que instituíram o Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho e o Comitê Gestor do CGMNac-JT</b>
-----------------	---

O Comitê tratou da proposta apresentada pela Coordenadoria de Gestão Documental e Memória do CSJT (CDOCM) de revisão dos atos normativos que instituíram o Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho (Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 11, de 3/5/2011) e seu respectivo Comitê Gestor, o CGMNac-JT (Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 37, de 25/11/2011).

A proposta se fundamenta nas diretrizes da Resolução CSJT n.º 325, de 11/2/2022, que estabeleceu a Política de Governança dos Colegiados Temáticos da Justiça do Trabalho, abrangendo o primeiro e segundo graus e o próprio CSJT. Faz parte do objetivo dessa Política a padronização dos procedimentos para a criação, funcionamento, alteração e extinção de comissões, comitês e grupos de trabalho.

**Deliberação:** O Comitê deliberou pela designação da Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> Desembargadora Eneida Melo Correia de Araújo para coordenar a análise da revisão do Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 11/2011 e do Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 37/2011. Após essa análise, o tema será retomado em reunião do CGMNac-JT.

<b>Item 2.4</b>	<b>Proposta de atualização das informações sobre as estruturas das áreas de Gestão Documental e de Memória, bem como de Biblioteca dos órgãos da Justiça do Trabalho</b>
-----------------	--

Em 2022, o então Coordenador do CGMNac-JT, Ministro Maurício Godinho Delgado, alertou para a considerável carência de arquivistas, historiadores e bibliotecários nos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), contrariando normas do CNI e CSIT.

Um levantamento realizado, em 2023, pela Secretaria de Gestão de Pessoas do CSJT confirmou que alguns TRTs não possuem profissionais para essas especialidades, conforme registrado no Processo SEI n.º 6000203/2023-00. As carências identificadas foram as seguintes:

- 12 TRTs sem cargos na especialidade de Arquivologia;
- 20 TRTs sem cargos na especialidade de História;
- 2 TRTs sem cargos na especialidade de Biblioteconomia;
- 11 TRTs sem servidores graduados em Arquivologia;
- 2 TRTs sem servidores graduados em História;

A Ministra Maria Cristina Peduzzi e as Desembargadoras Adriana Orsini, Cilene Amaro e Eneida Melo ressaltaram a autonomia dos TRTs para analisarem as suas estruturas.

Na oportunidade, a Desembargadora Cilene Amaro propôs que os dados do levantamento realizado em 2023 fossem atualizados para fins estatísticos.

**Deliberação:** O Comitê acolheu a proposta da **Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> Desembargadora Cilene Ferreira Amaro Santos**. Foi deliberado que o CSJT será solicitado a atualizar o levantamento realizado no Processo SEI n.º 6000203/2023-00 para fins estatísticos.

Item 2.5	<b>Proposta para o lançamento do Manual de Normalização de Publicações Institucionais da Justiça do Trabalho</b>
<p>O Comitê discutiu a proposta da Rede de Bibliotecas da Justiça do Trabalho (Rebijutra) para o lançamento do Manual de Normalização de Publicações Institucionais da Justiça do Trabalho. O objetivo é definir boas práticas de editoração e fornecer diretrizes para a padronização das publicações institucionais da Justiça do Trabalho. Isso inclui materiais como cartilhas, livros, relatórios e artigos, garantindo padrões técnicos e editoriais adequados, com foco na acessibilidade. O material, elaborado pela Rebijutra, foi submetido ao CGMNac-JT para análise e avaliação de seu conteúdo. Durante a reunião, a Coordenadora de Documentação do TST, Kassandra Clatworthy, representando a Rebijutra, convidou a Ministra Coordenadora do CGMNac-JT para redigir o texto de apresentação do Manual. Kassandra também informou que a equipe está desenvolvendo <i>prompts</i> específicos para uso de inteligência artificial, que permitirão aos usuários do manual aplicá-los no ambiente do Chat-JT. A Ministra Maria Cristina Peduzzi e as Desembargadores Adriana Orsini, Cilene Amaro e Eneida Melo elogiaram a iniciativa, destacando a importância do Manual para a uniformização e o aprimoramento editorial das publicações da Justiça do Trabalho.</p> <p><b>Deliberação:</b> O Comitê deliberou pela designação da <b>Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> Desembargadora Cilene Ferreira Amaro Santos</b> para coordenar a análise da revisão do Manual de Normalização de Publicações Institucionais da Justiça do Trabalho". Após essa análise, o tema será retomado em reunião do CGMNac-JT.</p>	

Item 2.6	<b>Apoio às ações para comemoração dos 20 anos do CSJT</b>
<p>O Comitê registrou que o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) comemorou, em 15/6/2025, 20 anos de instalação no edifício-sede do TST, marco que se seguiu à Emenda Constitucional n.º 45/2004. Ao longo de duas décadas, o Conselho consolidou-se como pilar na administração da Justiça do Trabalho, atuando na supervisão administrativa, uniformização da jurisprudência, modernização de processos e promoção da eficiência jurisdicional. Durante a reunião, foi ressaltado que o CSJT lançou uma logomarca e um <i>hotsite</i> exclusivos, além de uma medalha comemorativa. As celebrações seguem até agosto, com o lançamento de um livro sobre a trajetória do Conselho com textos do Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Presidente do CSJT, e da Maria Cristina Peduzzi, Coordenadora do CGMNac-JT, uma exposição física, uma sessão solene no Congresso Nacional, um minidocumentário e a veiculação de matérias especiais.</p> <p><b>Deliberação:</b> O Comitê deliberou pelo encaminhamento de Ofício à Presidência do CSJT para manifestar o reconhecimento e o apoio às ações de celebração dos 20 anos do Conselho que valorizam a memória institucional, alinhando-se aos preceitos constitucionais (art. 216, § 1º, da Constituição Federal), à Resolução CNJ n.º 324/2020 e aos objetivos do Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho.</p>	

**MARIA CRISTINA PEDUZZI**

Coordenadora do Comitê Gestor do Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho



Documento assinado eletronicamente por **MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI, MINISTRA**, em 23/09/2025, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no inciso I do art. 4º da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tst.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tst.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1216028** e o código CRC **3930EEC9**.

---

6008525/2024-00

1216028v35